

O ENSINO DE FILOSOFIA E O CONSELHO TUTELAR NA DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E A CENSURA NO AMBIENTE ESCOLAR ENQUANTO VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Victor Hippertt Stuart Boden¹
Maicon Azevedo²

¹ Conselheiro Tutelar de Niterói e Mestrando em Filosofia e Ensino pelo CEFET/RJ (PPFEN)

² Programa de Pós-Graduação de Filosofia e Ensino (PPFEN)

O presente trabalho tem como ponto de partida a construção da minha dissertação de mestrado, minha experiência profissional como professor e minha presente atuação como conselheiro tutelar na cidade de Niterói. A tentativa foi de buscar analisar situações em que a censura no ambiente escolar pode configurar-se como violação aos direitos educacionais. A partir disso, informar o leitor a respeito do papel institucional e social do Conselho Tutelar na preservação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil e sua inserção no contexto das perseguições políticas e ideológicas contra docentes, intensificadas por movimentos como o *Escola Sem Partido*, que buscam restringir conteúdos programáticos e práticas pedagógicas permitidas em lei. O problema central consiste no entendimento de que muitos destes conteúdos alvos de censura são parte integrante do currículo básico e do processo de aprendizado para a formação de cidadãos. O objetivo geral é investigar de que forma o Ensino de Filosofia e o Conselho Tutelar podem atuar na proteção e garantia dos direitos educacionais e no combate a práticas de censura que afetam o exercício docente e a formação crítica dos estudantes. A metodologia adotada é qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de relatórios e pareceres de entidades educacionais. O aporte teórico dialoga com Demerval Saviani, Silvio Gallo, Marilena Chauí, entre outros, bem como com estudos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE). A partir dessas discussões, propôs-se algumas estratégias de atuação do Ensino de Filosofia e do Conselho Tutelar frente à censura escolar. E, como resultado parcial desta pesquisa, propomos um manual de orientação à comunidade escolar na finalidade de contribuir com estratégias e orientações para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Palavra-chave: Direitos Educacionais, Conselho Tutelar, Ensino de Filosofia.

